

de Luc Boltanski

De la Critique: Précis de Sociologie de l'émancipation

(Paris: Gallimard, 2009)

Diogo Silva Corrêa¹

A convite de Axel Honneth, Luc Boltanski proferiu três conferências no Instituto de pesquisa social de Frankfurt, em Novembro de 2008, fazendo uma contribuição ao ciclo de Conferências Adorno. Posteriormente reelaboradas e ampliadas, cada uma foi dividida em duas partes, formando os seis segmentos do seu recém publicado livro *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Desses, pode-se extrair três partes. Uma primeira, dedicada à análise do vínculo existente entre sociologia e crítica; uma segunda que, a partir de uma reflexão acerca das instituições, procura pensar a condição de possibilidade da atividade crítica através do que o autor chama de contradição hermenêutica. Uma terceira, enfim, dedicada a problemas políticos atuais que vão de diferentes modos de dominação (simples ou complexa/gerencial) a um esboço de uma via para a emancipação.

Pode-se dizer, de um modo geral, que, a despeito das possíveis críticas em razão de seu estado de esboço, essa obra de Luc Boltanski possui, ao menos, dois méritos indubitáveis. Consagra, em primeiro lugar, a temática da crítica, talvez a única obsessão que tenha verdadeiramente acompanhado toda a sua obra, desde os tempos ao lado de Pierre Bourdieu (1964, 1976) até os seus textos mais recentes escritos na companhia de Laurent Thévenot (1991) e de Eve Chiapello (1999). Em segundo lugar, nessa obra o autor faz, de modo explícito e deliberado, uma espécie de síntese geral de sua própria trajetória, visando à integração de dois momentos de sua *démarche* intelectual, que são a do sociólogo crítico e a do sociólogo pragmático *da* crítica.

É partindo de uma discussão acerca da relação entre saber sociológico e crítica social que Boltanski inicia o primeiro segmento de seu livro. Ao invés de ficar restrito, como antes fizera, a um apontamento crítico da sociologia de Pierre Bourdieu, ao contrastá-la com as virtudes da sociologia *da* crítica, o autor faz um balanço honesto em que visa aos vícios e virtudes de ambos os “estilos” de se fazer sociologia. Entre os dois, há uma incompatibilidade na superfície, mas, e essa é a tese de Boltanski, há uma solidariedade de fundo: se de um lado há vício, no outro há virtude. Se a sociologia pragmática da crítica soube bem arrolar instrumentos capazes de dar conta de situações reversíveis e de momen-

1. Doutorando em Sociologia pelo IUPERJ e integrante do laboratório de pesquisa Sociofilo, coordenado pelo professor Frédéric Vandenberghe. dscorrea@iuperj.br

tos em que a realidade se mostra frágil e vulnerável, como nos grandes *casos* (2007), o mesmo, contudo, não se pode dizer a respeito de quando assimetrias duráveis são experimentadas por meio de situações intransponíveis. Essas últimas, por sua vez, nunca escaparam à grade analítica da sociologia crítica. Ela soube mostrar, como ninguém, a relevância da temática da dominação e, para isso, elaborou uma crítica política das relações de poder vigentes na estrutura societária. No entanto, ela pagou um alto preço: abandonou abertamente o ideal da neutralidade axiológica e, assumindo para si a tarefa de fazer a crítica da dominação, acabou por reduzir os atores sociais à condição de seres alienados e, além disso, colonizou-os pela via do passado incorporado. Mas, não só isso, colonizou também o próprio ambiente social, nele depositando e imprimindo relações de poder e de violência simbólica.

Já a sociologia *da* crítica soube bem fazer o contrário. Tornou os atores sociais dotados de reflexividade, capazes, portanto, de justificar e criticar suas ações e de mobilizar, nas situações em que o imperativo de justificação se punha, seu senso de justiça com vistas ao estabelecimento do elo societário. Isso, entretanto, não a deixou escapar de um preço igualmente alto: a própria sociologia perdeu a capacidade de, ela mesma, elaborar uma crítica social e “tornar a realidade inaceitável”.

Partindo desse preciso diagnóstico, Boltanski propõe uma compatibilização dos dois programas gerais. Da sociologia crítica, retêm a posição de exterioridade, a capacidade de colocar em causa a realidade e de, com isso, fornecer aos atores sociais informações sinópticas e instrumentos gráficos e analíticos de totalização da ordem social, incluindo aí os princípios de equivalência, que os permitam fazer face à fragmentação, através da mobilização coletiva. Do programa pragmático *da* crítica, conserva a atenção às operações ordinárias dos “*acteurs eux-mêmes*”, além de incorporar e reconhecer o pluralismo existente (seja ele valorativo ou relativo aos modos ou regimes de agência) nos atores e no próprio mundo social. Existe a proposição, nesse sentido, de uma retroalimentação. De um lado, a sociologia crítica não pode deixar de considerar a, por vezes, resistência dos atores sociais frente às suas elaborações teóricas, fazendo uso da fácil solução de redução dessas mesmas reações à mera *denegação* (no sentido psicanalítico); por outro lado, dado que os atores procuram frequentemente o auxílio de teorias metacríticas, e delas extraem recursos e repertórios mais nítidos e eficazes, a sociologia *da* crítica não deve, ela também, se furtar ao trabalho de a eles fornecer o que demandam.

Nem a arrogância do sociólogo crítico que, tomando para si o monopólio da crítica, vê os atores como incapazes, nem a covardia da sociologia pragmática que, aos atores, deixa todo o trabalho de criticar. Resta à sociologia, enquanto tarefa pública, uma atitude semelhante à do bom pai: fornecer os recursos e

instrumentos necessários e, nesse mesmo movimento, acreditar (por vezes ingenuamente, por vezes não) na capacidade dos atores sociais de superar suas adversidades situadas e buscar, dentro das suas limitações, para retomar a famosa expressão de Leibniz, no *melhor dos mundos possíveis*.

Partindo desse preciso diagnóstico, Boltanski intenta, nos segmentos três e quatro do livro, continuar esse trabalho de articulação mútua, refletindo a propósito do que confere à realidade seus contornos e o que a coloca em jogo, que são respectivamente a Instituição e a crítica. Sem mais se preocupar com alguma fidelidade política a um dos estilos sociológicos, Boltanski tenta, mediante o arranjo das virtudes de cada uma dessas formas, improvisar um modo de tratar dessas duas espinhosas questões.

É assim que na segunda parte do livro, Luc Boltanski deixa de lado o seu tão trabalhado conceito em obras anteriores (1990, 1991, 1999, 2007), as Cidades², metafísicas morais mobilizadas por atores sociais em situação de conflito (sem o uso da violência aberta), com a finalidade de dar legitimidade às suas pretensões de justiça, voltando a sua análise para o que permite com que, em meio a uma situação de incerteza e de disputa, ainda assim operem instrumentos capazes de mitigar a inquietude e de auxiliar no processo de seu apaziguamento e de manutenção desse estado. A crítica se acha justificada pela incerteza do mundo, assim como a justificação se acha solidificada pelos dispositivos que estabilizam a realidade. Para dar conta disso, Boltanski volta ao problema mais geral das Instituições. Pois, se a crítica se destaca sempre de um fundo tido por óbvio (*taken for granted*), é porque existe alguma entidade virtual (quer dizer, “real sem ser atual, ideal sem ser abstrata”, como dizia Deleuze) que confere à realidade esse pano de fundo sobre o qual a crítica pode se assentar. Ao invés de reduzir a abordagem das Instituições aos seus efeitos de dominação, como a sociologia crítica o fizera, Boltanski, nesse primeiro momento, as confere um papel basilar e permanente, qual seja, o de solidificar uma ordem social que, diante da heterogeneidade de aplicações concretas que os agentes fazem dos valores presentes no mundo, necessita de uma entidade “sem corpo” capaz de fazer face a essa multiplicidade e conferir, assim, à realidade uma estabilidade mínima, mediante o exercício de sua função de “confirmação”. Na clássica tripartição da linguística dada pela sintaxe, semântica e pragmática, Boltanski, que em sua fase de ruptura com Bourdieu havia dado excessiva ênfase às consequências prático-teóricas da última, volta à segunda. Nem a sintaxe inconsciente do simbolismo estruturalista de Lévi-Strauss, nem o pragmatismo da ação contingente e situada, na França representado sobretudo pelo grupo de *Raisons Pratiques* (Louis Queré, Daniel Cefaï, Isaac Joseph e companhia). Em oposição ao “bom pragmatismo” respeitoso do contexto, do situado, do local, em suma, do “aqui e agora”, colocam-se os dispositivos institucionais pelos quais os atores mantêm

2. Optamos pela tradução do termo *Cité* por Cidadela e não por Cidade, por três razões. Primeiro porque há, no francês, um outro correspondente da palavra portuguesa Cidade que é *ville*. E, uma vez que a acepção de *Cité* não tem nada a ver com *ville*, a tradução por Cidade pode induzir o leitor brasileiro ao erro de pensar que se trata de algum correspondente da última palavra. Em segundo lugar, os autores do conceito, Boltanski e Thévenot, publicaram um texto de apresentação da sua teoria para os leitores de língua inglesa (*The Sociology of Critical Capacity*). Nele, a palavra *Cité* foi traduzida por *World* e não por *City*, o que indica que o desejo dos autores é que se privilegie o sentido em detrimento da tradução literal. O mesmo se pode dizer da tradução alemã, cuja opção foi *Polis* e não *Stadt*, o equivalente direto da palavra Cidade. Em terceiro lugar, por fim, existe uma definição da palavra Cidadela, dada pelo dicionário Aurélio, que bem se coaduna com o significado (quer dizer com o espírito, e não com a letra) do que os autores propõem com o conceito: “lugar de onde se pode estabelecer uma defesa”. Cidadela é também definida

no *Houaiss* como “qualquer centro ou reduto que congrega os partidários mais fervorosos de uma causa, de uma doutrina etc.” ou, ainda, como “situação fortemente defensiva, de domínio e isolamento, sob contínuo ataque”, duas definições bem ajustadas às proposições de Boltanski e Thévenot. A palavra Cidadela, portanto, não apenas compreende dentro dela a palavra cidade (*citadela* incorpora a palavra *città*), bem como a ela confere uma ideia extra, que é a de fortaleza. Como leitor de Boltanski e Thévenot, quando se pensa em *Cité*, deve se pensar menos na Cidade antiga e no que, pelo *logos*, alcança-se o conhecimento do justo ou do injusto, e mais em uma fortaleza moral com base na qual se podem assentar suas pretensões de justiça e pleitear por um reconhecimento de legitimidade de uma reivindicação.

sua identidade ao longo das múltiplas situações, fazendo subsistir atributos que resistem à corrupção do tempo. Como o próprio Boltanski aponta,

(...) nós consideramos, com efeito, de um lado, que a crítica só ganha sentido pela relação com a ordem que ela põe em crise, mas também, de outro, que os dispositivos que asseguram alguma coisa como a manutenção de uma ordem não ganham todo o seu sentido senão se se vê que eles estão apoiados sob a ameaça constante, embora [de modo] desigual segundo as épocas e as sociedades, que representa a possibilidade da crítica. (p. 92-93)

As Instituições, entidades públicas capazes de produzir um discurso epidítico, são, pelo autor, definidas como “orientadas na direção da construção da realidade por intermédio, notadamente, de operações de qualificação de seres — pessoas e objetos — e de definição de formatos de prova” (p. 13). Nesse sentido, e retomando uma distinção de Castoriadis, a Instituição é o que confere realidade ao mundo, ao passo que o mundo é o que permite que essa realidade seja criticada. A realidade é o reino das Instituições, onde os elementos, por meio de provas, são qualificados e têm seus valores relativos definidos. O mundo, lugar do plano de imanência e do devir, é o que escapa à realidade e o que permite a ocorrência do procedimento crítico, o qual faz usufruto, em geral em regime metapragmático, quer dizer, não prático e reflexivo, do desnível existente entre realidade (mundana) e norma (institucional). No mundo, não há senão provas de força; na realidade, o que Boltanski chamou em outras obras de provas de grandeza, a saber: provas cuja eficácia depende da mediação de um critério, de uma medida, em geral engendradas pelo suporte institucional.

Às Instituições, Boltanski associa os rituais. É pela ritualização das práticas institucionais que, como diz o autor, “a realidade se encontra por aí confirmada como sendo não apenas o que ela é, mas, indissociavelmente, o que ela deve ser para ser o que ela é e, por conseguinte, como não pode ser diferente do que é” (p. 127). O momento do ritual, em suma, é aquele por meio do qual o estado de coisas e as representações simbólicas encontram-se sob o estado de afinidade ontológica.

Se o terceiro segmento é dedicado às Instituições, o quarto é destinado às razões da crítica. E aqui, novamente, o sociólogo da crítica ajuda o sociólogo crítico. O flerte com a semântica não deixa de lado por completo a importância da pragmática. As Instituições, essas “instâncias de confirmação” (p. 151), mesmo detendo relativa estabilidade no nível semântico, continuam dependentes, para a sua existência durável, de aplicações concretas (i.e., porta-vozes, portanto entidades corpóreas). Ora, se isso é verdade, essas jamais ficam completamente a salvo, exceto nos momentos de efervescência coletiva, dos desníveis existentes

entre o seu “dever ser” e o que elas efetivamente são. Daí a contradição intrínseca, a que Boltanski chama de contradição hermenêutica. Essa contradição é expressa nos seguintes termos: a Instituição é o que performa a realidade de sentido (porque nela nós cremos e disso necessitamos) e, ao mesmo tempo, abre espaço para a crítica (porque a sabemos ficcional e, por vezes, opressiva). Isso porque a Instituição, em um contexto secular e crítico como o nosso, Ocidental, abre espaço para que se interrogue seu fundamento último (dado que nenhum valor é mais absoluto) e, nesse movimento, abre igualmente espaço para o questionamento do inevitável desnível, por vezes intolerável, existente entre o ideal normativo sobre o qual ela se funda e a realidade concreta a que se aplicam tais ideais.

Voltamos aqui ao raciocínio bem próximo à problemática apresentada no artigo de 1984, sobre a Denúncia Pública, em que o Boltanski analisava os casos em que as reivindicações conseguiam se de-singularizar, que dizer, sair do caso particular e obter êxito ao englobar um grande número entidades (particulares ou coletivas) na *causa* pleiteada. Assim era a estrutura do argumento: uma vez esse processo bem sucedido, a reivindicação era passível de apreciação sociológica, visto que a reivindicação representaria, *de fato*, uma causa coletiva. Caso contrário, o denunciante era reduzido à sua particularidade, portanto caso de estudo para a psicologia ou para a psiquiatria, posto que seu senso de normalidade era posto em jogo. O raciocínio para a contradição hermenêutica das Instituições é, portanto, o mesmo, já que toda Instituição é, em última análise, a expressão de um valor (uma causa) maior:

(...) saber se os porta-vozes que permitem a Instituição de se exprimir traduzem bem a vontade desse ser sem corpo ou não fazem senão, sob a aparência de lhe emprestar a sua voz, impor sua própria vontade como desejo escondido de satisfazer seus desejos egoístas, seus seres corpóreos e, por conseguinte, interessados e situados, como todos nós somos. (p.133)

É seguindo a detecção dessa vulnerabilidade que, em seguida, Boltanski chega à temática tipicamente crítica da violência institucional, que até então fora evitada com veemência pelos sociólogos da crítica. Pois se não é falso dizer que a Instituição é capaz de à realidade conferir um sentido, por outro lado, é bem verdade que esse sentido guarda em si uma violência, tanto no que se refere à sua emergência quanto no que tange à sua manutenção. O autor é explícito a esse respeito:

(...) a violência semântica, operada na textura da linguagem com a finalidade de nela fixar os usos e nela estabilizar as referências não é suficiente para realizar a conformação das condutas, de modo que é preciso sempre, ou quase, associá-la a uma violência física ou, ao menos, à sua ameaça

para estabilizar as interpretações e, com isso, afastar o risco da disputa aberta. (p.144)

Luc Boltanski, chega, enfim, ao problema da dominação. Antes, contudo, convém retomar uma breve discussão a respeito das provas (*épreuves*). Elaborado em obras anteriores, trata-se de um conceito inspirado em Bruno Latour (1984), cujo objetivo é definir os momentos em que o estado de coisas deixa de ter a sua configuração advinda da configuração rotineira dos objetos ou das disposições habituais dos corpos e torna-se objeto de reavaliação ou ratificação; em outros termos, trata-se do momento em que, mediante o desajuste entre estado de coisas e representações simbólicas, o valor das entidades situadas é colocado à prova. A prova escolar, a prova esportiva ou o pleito eleitoral seriam momentos de verificação exemplares, com base nos quais o valor diferencial das entidades envolvidas em uma situação é definido. Delas, das provas, resultam vereditos com base nos quais se define a hierarquia de uma sociedade, pois é a partir delas que emergem o bom aluno, o mau cidadão, o atleta olímpico, etc. A partir desse conceito genérico, Boltanski faz, na presente obra, subdivisões. Mais precisamente na parte dedicada à distinção entre três gêneros de prova (p. 156-166), Boltanski faz a distinção entre “prova de verdade”, “prova de realidade” e “prova existencial”. A primeira, Boltanski associa às “instâncias de confirmação dotadas de uma função semântica” que, como vimos, é exercida pelas Instituições. As provas de realidade, Boltanski as vincula àquelas que servem como substrato das críticas reformistas. Enfim, as provas existenciais atuam no interior das críticas radicais, na medida em que expressam um estado singular e vivido, não institucionalizado, que visa à sua expressão, independente da totalidade das relações vigentes. O exemplo dado por Boltanski refere-se ao caso do sofrimento de um homossexual. Em um primeiro momento, tratar-se-ia de uma prova existencial. Entretanto, ao longo da história, os contínuos sofrimentos referidos a essa condição sofreram um progressivo processo de institucionalização que, mediante contínuas provas de realidade, entendidas como agenciamentos que tem por finalidade fundar uma coerência a partir de elementos díspares, fundou-se uma Instituição (a homofobia, hoje definida em lei em alguns países), sobre a qual assentam-se provas de verdade. Assim, enquanto as provas de verdade desvelam a realidade em sua completude e coerência, a prova de realidade visa à aproximação do estado de coisas às representações simbólicas a que eles deveriam estar ajustados; enfim, as provas existenciais fazem o desvelamento de como, na verdade, a realidade não compreende e reconhece, nela mesma, todas as expressões singulares no mundo. Assim, apenas os dois primeiros tipos de prova estariam umbilicalmente reenviados às e assentados sobre Instituições.

Voltemos, então, ao problema da contradição hermenêutica. Como vimos, as

Instituições têm por função conferir às situações de prova uma estabilidade semântica; no entanto, em razão de usos e efeitos pragmáticos, jamais deixam de abrir espaço para críticas.

Após vincular a Instituição a uma contradição endógena, ao menos do ponto de vista conceitual, Boltanski desemboca, no segmento cinco de seu livro, em uma discussão sobre as diferentes possibilidades de definição de regimes políticos, segundo o espaço que eles acordam ou não ao procedimento crítico.

E é, em resposta a essa questão, que Boltanski chega ao problema da dominação. Se, de um lado, a instituição é, ao mesmo tempo, o que configura o sentido da realidade e abre possibilidade da crítica, como então pensar e definir a noção de dominação? Ou tudo é dominação (como parecia, por vezes, o mundo expresso pela sociologia crítica) ou tudo é justiça (como parecia estar presente nas filosofias políticas dos teóricos da justiça). Como escapar à contradição intrínseca a dimensão semântica da ordem institucional, sem cair em nenhuma das duas ciladas? Eis que novamente entra o papel basilar da crítica. Entendida como um processo, e não por uma qualidade substantiva, a dominação ganha contornos em tudo aquilo que visa mitigar e limitar o espaço para a crítica. Dominação, nos termos de Boltanski, não é o processo em que a violência simbólica se encontra ausente; trata-se, antes, da situação em que a realidade é íntegra, não dúctil e capaz de alastrar-se a ponto de abafar o mundo e a pertinácia da crítica. Na ótica do autor, a dominação ocorre quando a realidade (instância dotada de atributos construídos por meio de dispositivos e de representações simbólicas) se sobrepõe ao mundo (o lugar do devir, o plano de imanência deleuziano), configurando uma situação na qual a força das relações de poder se superpõe à multiplicidade das relações mundanas. Assim aponta Boltanski: “um efeito de dominação pode ser então caracterizado por sua capacidade de restringir, em proporções mais ou menos significativas, o campo da crítica ou, o que na prática dá no mesmo, lhe obliterar todo acesso à realidade” (p. 187).

Boltanski, então, retoma o que já havia sido desenvolvido em *Rendre la réalité inacceptable* (2008) e diferencia a dominação simples da dominação complexa. Cada forma de dominação corresponde a um modo de reprimir (*refouler*) a contradição hermenêutica. Antes de tudo, porém, o autor diferencia a dominação dos casos em que há opressão, a saber, situações limites nas quais as pessoas se acham privadas, em razão de força física, de liberdades elementares. Feita a diferenciação, Boltanski nos aponta o modo de dominação simples. Trata-se, sobretudo, das situações em que as justificações *oficiais* não se realizam adequadamente nas provas de verdade e as críticas ficam presas no estado de *oficiosas*. Embora possíveis, as críticas não se de-singularizam, pois não possuem meios de ir além das experiências quotidianas e vividas, portanto de se tornarem públicas. As justificações, por sua vez, não parecem fugir ao regime do “faz-de-

conta”, ou seja, pretextos discursivos sem nenhum grau de autenticidade verificada pelo estado de coisas. As pessoas, embora detentoras de uma lucidez íntegra e de uma capacidade crítica operante, caem permanentemente no regime de impotência.

Mas é em oposição a esse modo de dominação, que Boltanski nos fala da dominação tipicamente moderna, das sociedades capitalistas, a que chama de dominação complexa ou gerencial (*gestionnaire*). Por meio dela, o autor enfatiza a transitoriedade e a reestruturação permanente dos critérios com base nos quais os indivíduos e objetos são avaliados, dando a sua versão para a questão da intensificação e da flexibilização das (líquidas) relações contemporâneas. Essa dominação, como aponta o autor, “se exerce por intermédio da mudança” (p. 191). Como exemplo paradigmático, Boltanski refere-se ao *benchmarking*, definido com um dispositivo por meio do qual uma empresa fica à par do desempenho de certa função de uma outra, visando ao aprendizado ou à melhoria do exercício da mesma função. Esse processo de troca de informações constante produz um arranjo sistemático e hierárquico que gera dados que, por si sós, tanto descrevem quanto incitam a rápida transformação do estado de coisas. É quase como uma pesquisa de opinião de voto, extremamente segmentada, refeita a todo momento: o candidato que tende a ajustar seu discurso e seu foco ali onde ele se encontra mais fraco. Não só isso, o candidato que está mais bem colocado tem ajuda para performar a realidade no sentido em que este tende a gozar vantagens, como maior arrecadação para a campanha, mais facilidade para construir apoios e alianças partidárias, etc., o que acaba por gerar algo próximo de uma profecia que se autocumpre. Assim, o *benchmarking* é, para Boltanski, uma espécie de pequeno dispositivo capaz de mudar os critérios de organização das empresas e de performar a realidade de modo reiterado. Pois, se, na década de 1980, aponta Boltanski, seguindo os trabalhos de Desroisière, o estatístico era capaz de representar a realidade em termos mais objetivos e externos, com o *benchmarking* a relação se inverte.

Os mais bem colocados no ranking, construídos sobre a base dos indicadores estatísticos codificados, visando à tradução de todas as diferenças qualitativas em diferenças quantitativas que podem nesse sentido dar lugar à comparações, constituem formas de descrição cujo objetivo explícito e reivindicado é o de incitar os atores a mudar seu comportamento de modo a otimizar sua posição hierárquica no ranking, segundo a lógica que é a da maximização do indicador. (p. 208)

Concorrência e a mobilidade não são mais consequência de um conjunto de provas cujos critérios podem ser previamente definidos e circunscritos em um espaço delimitado (como a prova escolar), mas se tornam um dos critérios com base nos quais as entidades têm seu valor diferencial extraído, o que já se

encontrava expresso na Cidadela por projetos, de *O Novo Espírito do Capitalismo*. Muito dessa última parte do livro parece ecoar a referida obra escrita por Boltanski em companhia de Eve Chiapello.

Nele, os autores apresentam como, de modo distinto à década de sessenta, onde a crítica artística encontrava-se armada e à todo vapor, na década seguinte, o capitalismo incorpora, mediante a crise que finda com o estado de bem estar social e abre espaço para a intromissão ideológica do neoliberalismo, essa mesma crítica e produz a valorização de uma mudança contínua que põe em xeque as antigas provas com base nas quais a sociedade se estruturava (um dos exemplos mencionados é a escola, que deixa de ter a centralidade que detinha na sociedade para a qual se dirigiram as primeiras críticas de Bourdieu). Ao capitalismo baseado na figura do diretor e da grande empresa (da qual a IBM é o exemplo maior) existente entre as décadas de trinta e sessenta, opõe-se o capitalismo das décadas de setenta à noventa, onde entra em vigência o fenômeno da globalização (ou mundialização, como preferem os franceses), caracterizado sobretudo por seus contínuos deslocamentos e por empresas em formato não mais piramidal, mas reticular, cujas tarefas são estabelecidas por objetivos específicos, sempre fragmentados e transitórios. Nesse novo enquadramento, a ascensão dentro da escala societária não pode mais ser garantida, como o foi mais fortemente outrora, pelo bom desempenho escolar, à medida que o capitalismo agora vive de uma contínua e permanente modificação dos critérios de prova.

É dentro dessa lógica que, segundo Boltanski, há um contínuo desarmamento da crítica nas sociedades capitalistas e democráticas. Nesse mundo móvel, cada vez mais fragmentado e individualizado, a crítica não consegue se de-singularizar e os sofrimentos tendem a permanecer encerrados nas “provas existenciais”. Delas, um caso particular não consegue se destacar de seu fundo privado e tomar uma forma coletiva. Por isso, a sensação mais frequente, diferentemente das décadas anteriores em que o movimento operário era forte, é o sentimento de impotência, de ausência de alternativas. Ademais, é frequentemente operada uma “fatalidade do provável”, a qual ratifica uma inevitabilidade de leis impessoais em favor das quais os especialistas (em geral, economistas) atestam a sua onipotência. Com esse excesso de fragmentação e mobilidade, o sofrimento e as injustiças, expressas em termos de “provas existenciais”, ficam, em geral, em estado privado, não conseguindo exprimir-se em termos mais coletivos e gerais, como era o caso quando a crítica social encontrava-se em pleno vigor. Os economistas neoliberais fazem o que Boltanski chama, mediante a criação de um neologismo, de *mond&réal*, cuja função é dar conta dessa fusão entre realidade e mundo tratada como irrefragável, encerrada nas leis do mercado, obliterando as vias de acesso para outras possibilidades de formas de vida, para outros mundos possíveis.

Seguindo na lógica de um mundo cuja viscosidade parece se dissipar, Boltanski nos aponta para a existência de uma elite cada vez mais heterogênea e não mais passível de ser definida por uma educação similar, dado que os seus membros agora viriam de lugares e contextos nacionais distintos, logo seria portadora de uma “ideologia educacional” bastante díspare e não uniforme. Por essa razão, um *habitus* comum não teria como dela ser derivado. Haveria, portanto, o surgimento de nova classe dominante, criada em uma nova cultura internacional que se calca na economia e no *management*, mas que nem por isso pode de ser definida por meio de pertencimentos a um grupo ou a uma ideologia comum. A essa elite, Boltanski imputa a responsabilidade por performar o mundo tal qual é (p. 216) e, por isso mesmo, de ter uma espécie de relativismo frente às regras, as quais, embora necessárias, são contornadas, deturpadas quando se faz preciso. A esses seria permitido — e assim eles fazem — um continuado usufruto transgressor dos formatos de prova, cujo respeito assíduo e integral dos mesmos ficaria restrito aos “outros”, quer dizer, aos dominados. Banqueiros, industriais, especialistas e homens de estado, malgrado suas diferenças, teriam por similaridade uma visão secularizada das regras. Nas palavras de Boltanski, “pertencer a uma classe dominante é, antes de tudo, estar convencido que pode-se transgredir a *letra* da regra, sem trair seu espírito. Mas esse gênero de crença não vem à mente senão dos que pensam poder encarnar a regra, pela boa razão que eles a fazem” (p. 219).

Tendo explicitamente (re)incorporado as questões da sociologia crítica como, por exemplo, o problema de um novo tipo de dominação, a que o autor chama de “gerencial”, Boltanski pergunta-se, no último e sexto segmento do livro, de que modo a sociologia pragmática da crítica poderia ajudar na elaboração de um projeto de emancipação. É verdade, trata-se aí da parte mais, digamos, improvisada (apenas as treze páginas finais) do livro, em que vê-se um teórico debatendo-se publicamente para esboçar uma resposta a essa espinhosa questão. Pode-se dizer que não convence, mas não deixa de ser, por isso, menos louvável o esforço.

Dois são os caminhos interinamente delineados. Uma das vias possíveis seria um retorno às classes sociais, voltando para a velha questão da preeminência metafísica dos coletivos sobre os particulares; a outra seria expressar de modo aberto a contradição hermenêutica intrínseca às Instituições, não mais com um objetivo meramente denunciatório, o que levaria ao mesmo impasse da sociologia crítica. Ao invés de um projeto negativo, essa insistência na contradição teria, por escopo, a abertura para outras alternativas de mundos possíveis, de modo a manter íntegro e duradouro o imperativo da crítica. Esta última sendo a via por meio da qual é possível reconfigurar, ao menos potencialmente, a própria realidade e abrir, portanto, a possibilidade para novos agenciamentos

(objetivos) e configurações (discursivas). Ao saber sociológico caberia a postura de alimentar essa atitude, a qual visaria ao incentivo do que Boltanski chama de “eterno caminho da revolta”. Não, não se trata aí de incentivar a anarquia generalizada, mas do encorajamento à democratização da relação secularizada com as regras, visando ao contínuo e salutar desequilíbrio entre o processo de estabilização institucional e a dinâmica de desestabilização da crítica. Sem a última, aí sim, teríamos, enfim, a dominação “tomando conta de tudo” (p. 236).

Bom, fecha-se o livro e fica a mensagem do autor referente ao papel basilar que a sociologia teria para com a crítica social – e vice-versa. Consagrando seu *leitmotiv*, com Boltanski podemos dizer que enquanto houver crítica estaremos seguros de que a realidade (do ser) não se sobreporá ao mundo (do devir) e, mais do que isso, que as relações de poder não serão capazes de subsumir as relações de sentido. É verdade, parece pouco para quem esperava os contornos de uma nova teoria crítica da sociedade contemporânea. Mas, apesar dos pesares, trata-se de um grande desafio, aberto pela lucidez de um teórico que, ao longo de sua trajetória, não se deixou reduzir às brigas institucionais da academia francesa e soube, em sua maturidade, ter a modéstia de retornar às temáticas fundamentais que, ao menos para os pragmatistas e interacionistas mais ferrenhos que pararam em *De la justification*, esqueceram a função política do saber sociológico. Afinal, como diz a epígrafe do seu livro, que faz menção ao, por nós brasileiros, há muito conhecido, Diadorim de Guimarães Rosa: “uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias. Tanta gente dá susto de saber e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons.”

1. Referências

BOURDIEU, P., BOLTANSKI, L. & CASTEL, R. (1964) *Un art moyen : essai sur les usages sociaux de la photographie*, Paris, Éditions de Minuit

_____. (1976) “La production de l’idéologie dominante”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2-3: 4-73.

BOLTANSKI, L, DARRÉ, Y. & SCHILTZ, M. (1984) “La dénonciation”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº51, mars.

_____. (1990) *L’amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l’action*. Paris, Métailié.

_____. & THÉVENOT, L. (1991) *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard.

_____. (1999) "The Sociology of Critical Capacity". *European Journal of Social Theory*, n. 2, Vol. 3: 359-377.

_____. & CHIAPELLO, E. (1999) *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.

_____. & CLAVÉRIE, E. (2007) "Du Monde Social en tant que Scène d'un Procès", In Boltanski, L. et alli (eds.) *Affaires, Scandales et Grandes Causes*. Paris, Stock.

LATOUR, B. (1984) *Les microbes : guerre et paix; suivi de, Irreductions*. Paris, A.M. Métailié.